



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

02/08/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Medalha de ouro

Na sexta, dia 5, começam as Olimpíadas no Rio de Janeiro. Ao contrário do clima de esperança que o país respirava em 2009, quando a cidade foi escolhida para sediar o evento, o Brasil vive hoje um Estado de exceção.

De forma ilegal, parlamentares brasileiros subtraíram o poder de uma presidenta eleita com mais de 54 milhões de votos. E o governo golpista vem colocando a culpa da crise nos trabalhadores, a ponto de afirmar que as leis trabalhistas são impeditivas para o desenvolvimento do país. Pretende acabar com o pagamento de horas extras, com o prazo de prescrição para que os trabalhadores reclamem na Justiça sobre violações trabalhistas e vários outros direitos.

Na área das telecomunicações, além de ter acabado com o Ministério das Comunicações, transformando-o num apêndice de um Ministério monstro, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), está tomando várias medidas para beneficiar os controladores das operadoras, em detrimento dos trabalhadores e da sociedade.

E qual o ataque principal? Acabar com as concessões, entregar os bens reversíveis (R\$ 105 bilhões) às concessionárias e acabar com a Telebras.

Para implementar esse plano, nomeou André Borges, oriundo da Oi, como Secretário de Telecomunicações. E para a presidência da Telebras, Antônio Loss, ex-executivo da Net Sul, Net serviços, Oi e que estava à frente da Via Sat. É a velha história da raposa e o galinheiro. Os golpistas já informaram que a Telebras não mais prestará serviços de telecomunicações às empresas do Estado. Ou seja, caminho aberto para que este rico mercado continue com as operadoras privadas.

Universalização da banda larga, serviços de qualidade em telecomunicações, utilização dos contratos de concessão como instrumentos para viabilizar o acesso aos serviços de telecomunicações não passam pela cabeça desses senhores.

O Instituto Telecom tem a certeza de que com esse governo golpista nunca ganharemos nenhuma medalha por reduzir o gap entre o Brasil e as outras nações, ao contrário a distância aumentará. Desenvolvimento, crescimento, democracia não coadunam com golpes. A única medalha de ouro possível de ser ganha virá com a retirada dos golpistas do governo.

Instituto Telecom, Terça-Feira, 2 de agosto de 2016

02/08/2016 - Instituto Telecom

Administrador judicial vai analisar troca de diretores na Oi

O juiz responsável pela recuperação judicial da Oi, Fernando Cesar Ferreira Viana, pediu nesta quinta-feira, 28/7, a opinião do administrador judicial – a PricewaterhouseCoopers – e do Ministério Público sobre o pleito do fundo de investimentos Société Mondiale para mudanças no Conselho de Administração da operadora.

Na prática, uma decisão da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro sobre esse assunto pode sair ainda na próxima semana. O fundo, gerido pelo empresário Nelson Tanure, tenta remover da direção da Oi cinco executivos indicados pela Pharol, sucessora da Portugal Telecom.

Sobre esse mesmo assunto, a Oi divulga posição

da Anatel, na qual a agência indica que não precisa ser ouvida previamente sobre mudanças no Conselho. “Os atos societários necessários ao processo eletivo em comento (...) podem ser realizados até a posse dos novos membros inclusive, sem a necessidade de manifestação prévia desta Agência”.

A Société Mondiale detém 7% das ações com direito a voto da Oi, mas anunciou ao mercado ter reduzido para 3,45% o volume de ações preferenciais da operadora, “totalizando 6,32% do capital social da Companhia”, conforme comunicado da própria Oi.

Luís Osvaldo Grossmann, Convergência Digital, 29 de julho de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Corte de 51% da verba da Rede Nacional de pesquisa pode deixar 740 universidades sem internet

Governo reduziu aporte de R\$ 258 milhões para R\$ 126 milhões neste ano; medida pode prejudicar estudantes, professores, pesquisadores e pacientes de hospitais universitários em todo o país.

Com o pretexto de economizar, o governo federal reduziu a verba destinada à Rede Nacional de Pesquisa, de R\$ 258 milhões, em 2015, para R\$ 126 milhões neste ano, o que representa uma diminuição de 51%.

Com o corte, até setembro 740 unidades de universidades no interior do Brasil podem ficar sem internet. O repasse costuma ser feito em maio, mas até agora o valor não foi depositado.

Nelson Simões, diretor geral da Rede, aponta que, caso o dinheiro não seja repassado nos próximos meses, estudantes, professores, pesquisadores e pacientes de hospitais universitários podem ser seriamente prejudicados.

“Se nós não tivermos a liberação dos recursos de

fomento deste ano entre agosto e setembro, nós teremos que realizar, gradualmente, o corte de algumas dessas conexões de internet. Começando pelas que custam mais”, avisou.

Importância da Rede

Presente em todo o território, a Rede Nacional de Pesquisas também realiza a integração de campi universitários com pesquisadores internacionais. Ela promove desde aulas por videoconferência até cirurgias e controle digital de medicamentos em hospitais.

Para pesquisadores, manter o nível de ensino será impossível se a situação com o governo se mantiver. A verba destinada à Rede é dividida entre quatro ministérios: o de Defesa, Saúde, Educação e a pasta de Ciência, Tecnologia e Comunicação. Esta, por sua vez, afirmou, em nota, que o repasse será feito e confirmou que deve ser menor que o do ano anterior.

FNDC, Revista Forum, 28 de Julho 2016

02/08/2016 - Instituto Telecom

Holding que controla Claro, Embratel e Net registra prejuízo líquido no trimestre

Na noite da quinta-feira, 28, além da América Móvil, a Claro Telecom Participações – entidade da América Móvil no Brasil que engloba a Claro, Embratel e Net – divulgou balanço financeiro referente ao segundo trimestre na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No período, a companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 231,6 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 3,3 milhões no comparativo com os mesmos três meses em 2015. Considerando o semestre, contudo, a empresa diminuiu o prejuízo em 74,4%, totalizando R\$ 532,5 milhões.

A companhia registrou ainda receita líquida de R\$ 8,231 bilhões, queda de 2,3% em relação ao ano passado. Considerando o semestre, o total foi de R\$ 16,263 bilhões, recuo de 2,9%. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBTIDA) caiu 9,5% no trimestre e 9,3% no semestre, totalizando R\$ 2,295 bilhões e R\$ 4,493 bilhões, respectivamente.

Considerando a informação financeira normalizada, a receita líquida foi de R\$ 8,490 bilhões no trimestre,

aumento de 0,8%. No semestre, foi de R\$ 16,858 bilhões, avanço de 0,6%. A Claro Part. explica que o resultado “melhorou consideravelmente” por conta da redução do impacto negativo da variação cambial. A empresa ressalta ainda que houve crescimento “apesar de ter sido negativamente afetada pela redução das tarifas de interconexão” e de “toda conjuntura adversa vivida no País em 2016”.

O EBTIDA, entretanto, caiu 1,6% e 0,1% no trimestre (R\$ 2,497 bilhões) e no semestre (R\$ 4,950 bilhões). A Claro explica que o resultado foi “significativamente influenciado por aspectos decorrentes da piora do cenário macroeconômico do País, com o aumento de alguns custos operacionais, como da energia elétrica, incremento da inadimplência, maior nível de judicialização de reclamações contra a companhia, dentre outros”.

Bruno do Amaral, Mobile Time, 29 de julho de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/08/2016 - CUT

Promoção: campo de petróleo de R\$ 33 bi sai por R\$ 8,5 bi

Negociação comandada por Pedro Parente, homem de Temer na presidência da Petrobrás, entrega o primeiro campo de pré-sal ao capital estrangeiro

Sem números convincentes para comprovar a mágica que iria promover para tirar o país da crise, o golpista Michel Temer (PMDB) busca cumprir a receita de vender patrimônio para fazer caixa. O problema é que a fórmula, fracassada nos anos 1990, tende a comprometer ainda mais o futuro do país.

No último dia 28, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da participação no bloco exploratório BM-S-8 para a sueca Statoil Brasil Óleo e Gás por US\$ 2,5 bilhões (R\$ 8,5 bi) em mais um passo do plano de desinvestimento e sucateamento da companhia.

A área de Carcará, na Bacia de Santos, comprovadamente de alta produtividade, foi o primeiro campo de pré-sal negociado e tinha como operadores do consórcio Petrobras (66%), Petrogal Brasil (14%), Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás (10%) e Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (10%).

A justificativa para a negociação, segundo o atual diretor financeiro da empresa brasileira, Ivan Monteiro, foram os "elevados investimentos que o bloco demandaria até 2020", quando começaria a funcionar.

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) avalia a negociação como um desastre. Para a organização, ainda que o campo vendesse o barril a US\$ 50 dólares, preço do mercado atual em baixa, a expectativa de lucro seria de US\$ 5 dólares, já que a Petrobras conseguiu atingir o patamar de custo de US\$ 8, muito abaixo da média mundial (US\$ 15).

Estima-se que a reserva tivesse em torno de dois bilhões de barris de óleo recuperável, portanto, um lucro de US\$ 10 bilhões (R\$ 33 bilhões). Para a Petrobras, parte principal no consórcio, caberiam US\$ 6,7 bi (R\$ 22 bi).

Segundo o coordenador-geral da FUP, José Maria Rangel, o verbo 'vender' deve ser substituído por outro mais adequado nessa negociação.

"O verbo que deve ser usado é doar. Com o desaquecimento da atividade de óleo e gás do mundo, todas as operadoras tiveram de refazer seu plano de investimento, porque o petróleo caiu de US\$ 140 para US\$ 50 e chegou a bater US\$ 20 o barril. Muitas estão colocando

ativos à venda e, quando você tem oferta muito grande, o preço cai e você tem hoje US\$ 1 trilhão em ativos das operadoras, o que derruba o preço. O momento não é de vender, porque você corre o risco de entregar na bacia das almas, como comprova a negociação do campo de Carcará", explica.

Preparar o terreno

Apesar de o campo de Carcará ser parte do pré-sal, foi leiloadado em 1999 e estaria fora da lei de partilha (leia mais abaixo). Porém, a medida visaria preparar também o clima para a votação do projeto de retirada da Petrobras como operadora principal da riqueza.

O PL 4567/2016 (antigo PLS 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), prestes a ser votado na Casa), tira a obrigatoriedade da Petrobrás de ser a operadora única do pré-sal e a participação mínima de 30% nos campos licitados.

A alteração rasga o regime de partilha (lei 12.351/2010) aprovado durante o governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. O objetivo da medida era garantir que 50% do lucro com os royalties fossem destinados para um fundo social, de onde o governo tiraria recursos para aplicar em educação (75%) e saúde (25%).

"Em plena baixa do petróleo, o governo está fatiando a participação em petroquímicas e da BR Distribuidora. Isso é um erro básico de gestão", disse.

Rangel refere-se à venda na participação da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape), na Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), em nove campos de produção de petróleo e gás no Nordeste e o fatiamento de 2,5 mil km de gasodutos do Sudeste da BR Distribuidora.

"Os petroleiros já têm mobilizados as bases para impedir retrocessos, freamos a primeira tentativa de entrega do pré-sal e continuaremos em luta contra aqueles que um dia quiseram transformar a Petrobras em Petrobrax e estão de volta ao Planalto", falou Rangel.

29/07/2016 - CUT

Educadoras da periferia apontam os perigos do Escola Sem Partido

O projeto, se aprovado, pode restringir e limitar a atuação de professores

Nos últimos dias, o programa Escola Sem Partido vem tomando conta das discussões dentro e fora das redes sociais, já que esbarra diretamente na liberdade de expressão de educadoras e educadores em sala de aula. O projeto, se aprovado, pode restringir e limitar a atuação de professores no processo de ensinamento dos alunos.

Para ampliar o debate, o Senado Federal lançou uma consulta pública pedindo a opinião de toda a sociedade brasileira sobre o programa, enquanto o Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2016, que trata sobre a questão, é discutido na Casa Legislativa. Até a madrugada desta quinta-feira, 28/7, já eram 185.952 contrários ao projeto e 175.668 a favor. Se aprovado, o projeto pode mudar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996.

Entenda. Criado em 2003, o Escola Sem Partido é um movimento idealizado pelo procurador de Justiça do estado de São Paulo Miguel Nagib, que defende que o modelo educacional brasileiro é um espaço de doutrinação, pois, para ele, as professoras e professores estão multiplicando suas ideologias e posições partidárias junto aos estudantes.

O movimento prega que deve haver, em toda sala de aula, um cartaz ditando regras ao exercício dos educadores. Entre as sugestões estão " não promover suas concepções e preferências ideológicas, políticas



e partidárias", " não incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas", entre outros itens que excedem os limites entre o profissional e sua atuação fora da sala de aula.

Em 2014, em meio a outras movimentações no cenário nacional, como a não inclusão das discussões sobre

gênero na grade escolar, por exemplo, a ideia ganhou peso e chegou às mãos do deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ) e se transformou em projeto de lei na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro. Posteriormente, ganhou os parlamentos nacional, estaduais e municipais.

Diversos especialistas e movimentos ligados à educação e a própria Procuradoria Geral da República já se pronunciaram contra o projeto. Levando-se em consideração que a escola ainda é um dos poucos espaços onde crianças e adolescentes podem ter acesso a outros referenciais e modos de pensar, o Nós, mulheres da periferia escutou educadoras que atuam nos bairros periféricos da cidade de São Paulo, para entender como o projeto Escola Sem Partido pode afetar diretamente no território, e de como isso, na opinião das entrevistadas, pode gerar retrocessos em temas muito sensíveis às reivindicações ligadas à questão de gênero e também à questão de raça.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/educadoras-da-periferia-apontam-os-perigos-do-escola-sem-partido-7abd/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/08/2016 - Vermelho

Temer tira distribuição de renda das metas do governo

Em um gesto para lá de simbólico, o presidente provisório Michel Temer solicitou retirar do texto das Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) os trechos que faziam referência à distribuição de renda, ao fortalecimento dos programas sociais e à execução de políticas redistributivas como objetivos ou compromissos de sua política fiscal. O interino formaliza, assim, algo já cristalino em discursos e ações: governa para uma elite, sem preocupação com a redução da gritante desigualdade no país.

“É até coerente [a retirada dos trechos da LDO], à medida que o governo manifesta uma espécie de rompimento com os governos de coalizão de classe anteriores. Podemos defini-lo como um governo classista, voltado aos interesses dos proprietários do capital, dos donos do dinheiro”, avaliou o professor de economia da Unicamp, Márcio Pochmann.

No dia 23 de maio, Temer enviou ao Congresso o projeto de LDO, propondo a alteração da meta fiscal de 2016. De acordo com reportagem de O Estado de S. Paulo, o texto - que elasteceu o déficit fiscal, estimando-o em R\$170,5 bilhões, o maior da história - mantinha algumas passagens formuladas pela equipe econômica da presidenta eleita Dilma Rousseff.

“Um ofício encaminhado à Comissão Mista de Orçamento, responsável por analisar e votar a proposta orçamentária antes de ela ir a plenário, pelo ministro do Planejamento em exercício Dyogo Oliveira no dia 7 de julho, porém, propunha alterações no texto encaminhado originalmente”, diz o Estadão.

O ministro solicitou então a retirada de todas as expressões relacionadas ao combate às desigualdades do anexo IV do projeto de lei, que trata as metas fiscais. O texto do projeto de lei, com as alterações do adendo, foi aprovado pela comissão no último dia 14.

Antes se lia: “o objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica, o crescimento sustentado, a distribuição da renda e a prover adequadamente o

acesso aos serviços públicos universais”.

O trecho modificado ficou assim: “o objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica, o crescimento sustentado e prover adequadamente o acesso aos serviços públicos”.

Em outra passagem, o documento destacava ser compromisso da política fiscal promover a melhoria da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas (...), algo também suprimido na nova versão.

Anexo IV

Metas Fiscais

IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017, LDO-2017, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2017 e indica as metas de 2018 e 2019. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas ~~são~~ poderão ser revistas.

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica, o crescimento sustentado, ~~a distribuição da renda~~, e prover adequadamente o acesso aos serviços públicos. Para isso, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, o governo procura criar as condições futuras necessárias para a queda gradual do endividamento público líquido e bruto em relação ao PIB, a redução da estrutura a termo da taxa de juros, e a melhora do perfil da dívida pública ~~e o fortalecimento dos programas sociais~~.

Nesse sentido, são estabelecidas anualmente metas de resultado primário no intento de garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do crescimento sustentado, o que inclui a sustentabilidade intertemporal da dívida pública.

Resalte-se que o resultado fiscal nominal e o estoque da dívida do setor público apresentados são indicativos, pois são impactados por fatores fora do controle direto do governo, como, por exemplo, a taxa de câmbio.

Também é compromisso da política fiscal ~~promover~~ buscar a melhoria da gestão fiscal com vistas a ~~implementar~~ potencializar a ação do Estado na ~~execução de~~ políticas sociais redistributivas públicas e ~~financeiras~~ garantir investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade de produção do País por meio da eliminação de gargalos logísticos. O governo também vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, evasão e elisão fiscal, na redução da informalidade e no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização. ~~Fem também~~ procurado Adicionalmente, procura aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos e de tarifas públicas adequadas, com melhora nas técnicas de gestão e controle ~~e~~, com maior transparência, de forma a ~~ampliar~~ melhorar a prestação de serviços públicos ~~de qualidade~~. ~~O alinhamento de estruturas de governança pública às melhores práticas internacionais também fortalece a política fiscal.~~

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/284418-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/08/2016 - Rede Brasil Atual

Empresa têxtil faz acordo com MPT por terceirização indevida

Prática envolvia atividade-fim do negócio, o que é vetado por lei. Caso envolveu uma das principais fabricantes do Polo de Confeção do Agreste de Pernambuco

Uma das principais empresas do Polo de Confeção do Agreste de Pernambuco – o segundo maior do país, a Scaven, firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) para acabar com a terceirização da atividade-fim do negócio. O documento foi assinado em 19 de julho, mas o caso só foi divulgado hoje (1º) pelo MPT. A ilegalidade foi flagrada em uma fiscalização do órgão.

A terceirização da atividade-fim é proibida por lei. Na prática, não podem ser contratadas outras empresas para realizar o serviço ou produzir mercadorias que configurem a razão de ser do estabelecimento. Nesse caso, as roupas.

O contrato identificado pelo MPT envolvia uma empresa que atende exclusivamente a Scaven, com cerca de 25 funcionários. A terceirizada recebia todo o material e o desenho da peça do contratante, e realizava a produção. Segundo o procurador José Adílson Pereira da Costa, responsável pelo caso, não foram encontradas condições degradantes de trabalho, mas havia desrespeito aos direitos trabalhistas.

“O FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] não era recolhido corretamente, havia atraso no pagamento de salários. A empresa ia fechar e não ia ter condições de indenizar corretamente os empregados”, citou o procurador. “Empresas que fornecem totalmente para um só cliente, na hora que se deixa de fazer o pedido, ficam sem produzir e acabam fechando”, explicou.

O caso expõe uma prática comum no mercado têxtil, inclusive no Polo do Agreste, de acordo com o procurador do Trabalho. “São praticamente todas assim.” Em fevereiro, a maior empresa da região, a Rota do Mar, também assinou um TAC para passar a cumprir a lei. O estabelecimento terceirizava o trabalho de cerca de 300 pessoas, distribuídas em 10 empresas.

Segundo Costa, os motivos que levam as empresas

a terceirizar vão da tributação menor ao barateamento da produção. “As empresas crescem se dividindo. Sai mais barato, pois um grupo organizado de trabalhadores exige seus direitos. E muitas vezes, o que não é o caso desse TAC, a produção é feita dentro de sítios, escondido. É produzido de qualquer jeito, então fica mais barato”, explicou.

Nos piores casos – inclusive com a terceirização da própria terceirizada, ou seja, a contratação de outra empresa pelo estabelecimento que já recebeu um pedido terceirizado – o trabalho é feito, segundo o procurador do MPT, sem as condições mínimas de trabalho, com jornadas exaustivas e falta de estrutura. “É uma produção quase industrial, mas feita em casa. Não tem iluminação adequada, cadeiras, gente”, citou.

Prazo para adequação

A Scaven não se opôs a assinar o TAC e se comprometeu a resolver o problema em, no máximo, oito meses. A empresa estuda as formas de absorver a produção e os trabalhadores da terceirizada. Caso descumpra o acordo, será multada em R\$ 1,5 mil por trabalhador encontrado em situação de terceirização ilícita. O dinheiro deve ser revertido a instituições de fins não lucrativos, projetos sociais ou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Já a Rota do Mar tem até o fim do ano para cumprir o acordo. A empresa informou que todas as adequações previstas no TAC estão em andamento, e que está cumprindo o cronograma acordado no prazo estabelecido pelo MPT/PE.

Além do MPT e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), qualquer cidadão pode fiscalizar o cumprimento do TAC, assim como denunciar casos ilícitos de terceirização. É possível avisar sobre suspeitas de ilegalidade nesse e em outros casos pela internet.